

O sentido da democracia e da autonomia: a reinvenção da educação e da escola

The meaning of democracy and autonomy: the reinvention of education and school

Odórico Ferreira Cardoso Neto¹

Resumo

O projeto da autonomia, o sentido da democracia, o caráter da criação e sua relevância no que se refere à imaginação criadora, à reinvenção social da educação e da escola, fortalecendo a noção de sujeito de direitos, compõem este estudo que tem como referencial teórico o pensamento de Cornelius Castoriadis. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio do procedimento metodológico de revisão bibliográfica, que busca compreender o projeto de autonomia como criação no âmbito do imaginário social-histórico. O estudo da formação individual do homem, no sentido de abranger o imaginário radical e social-histórico que resultou na heteronomia das sociedades atuais, mostra que até a própria concepção hegemônica de democracia, a despeito de ser fruto exemplar do imaginário social, contribui para a heteronomia. Busquei apresentar uma concepção de democracia, para a construção do fundamento sobre o qual se sustentará a sociedade autônoma. Segundo Castoriadis, é aqui que a educação adquire sentido e poder de atuação. É necessário agir sobre os homens no sentido de torná-los autônomos. Daí a importância de uma educação não mutilante, não domesticadora, uma educação que seja verdadeiramente *paideia*, que possibilite a transformação do homem em *anthropos*, ser capaz de governar e de ser governado, de julgar e de escolher, exercícios fundamentais da vida democrática e livre. Esse é o caminho para a auto-instituição e auto-criação da sociedade, para sua afirmação como responsável única pela criação histórica.

Palavras-chave: Autonomia. Democracia. Educação.

Abstract

The project of the autonomy, the direction of the democracy, the character of the creation and your relevance in that if refers to the creative imagination, the social reinvent of the education and the school, strengthening the concept of subject of rights, compose this study that has as theoretical referential the Cornelius Castoriadis' thinking. It's about a qualitative research by methodological proceeding of bibliographical review that search for understand that project of autonomy as creation in the scope of the social-historical imaginary. The study of the individual formation of the man, in the direction of include the radical and social-historical imaginary what resulted in the heteronomy of the currents societies, show that even the hegemonic conception of democracy itself, in spite of being exemplary fruit of the social imaginary, contributes for the heteronomy. I searched for introduce a conception of democracy, for the construction of the base about which will support the independent society. According to Castoriadis, it is here that the education acquires meaning and power of actuation. It is necessary to act over the men to become independent. This is the importance of a not-mutilate, not-domesticate, an education that is truly *paideia*, that makes possible the transformation of the human in *anthropos*, capable of govern and be governed, to judge and to choose, basic exercises of the democratic and free life. That is way for the auto-institution and auto-creation of society, for your statement as only responsible by the historical creation.

Keywords: Autonomy. Democracy. Education.

1 Doutor em Educação pela UFG. Professor Ajuento da Universidade Federal de Mato Grosso, no Instituto Universitário do Araguaia, Campus de Barra do Garças-MT. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, principalmente nos seguintes temas: democratização, gestão, sistema, democracia e educação. Endereço para correspondência: Rua cinco, s/n, Jardim das Mangueiras, CEP- 78600-000, Barra do Garças-MT, Brasil. Telefone para contato: (66) 96130617, (66) 3401 4412. E-Mail: <odoricoedeise@uol.com.br>.

1 Introdução

A proposta do artigo é a discussão da participação efetiva dos indivíduos e dos grupos no processo de decisão, tendo em vista que o conceito de sociedade autônoma de Castoriadis estabelece uma relação necessária entre espaço público e autonomia. Primeiramente, o autor relaciona o fato de que as sociedades que fabricam indivíduos servos não os submetem à coletividade, mas a uma dada instituição da sociedade. Ao retomar a idéia da *pólis* grega, segundo a qual o indivíduo livre só tem condições de existir no âmbito da coletividade autônoma, Castoriadis enfatiza a ruptura da heteronomia instituída, pressupondo simultaneamente o indivíduo autônomo e a coletividade autônoma. Com efeito, não há dúvida de que é uma sociedade dirigida a si mesma na qual “desde que o pensamento é pensamento de alguma coisa, o conteúdo ressurgue, não somente no que existe para pensar, mas naquilo pelo qual ele é pensamento (*darin, wodurch es gedacht wird*).” (CASTORIADIS, 2000, p. 128).

A sociedade cria espaços de participação, ao desempenhar função problematizadora, lança um olhar crítico ao já feito, ao já pensado, registra o real, o percebido, investiga a essência da cultura democrática, evidenciada pelo vínculo da ciência com a política, do conhecimento com a cidadania, da educação com a criação de novos direitos, a construção da igualdade e da justiça.

Tal disposição prepara a sociedade que “é, em si, um objeto de ação política instituinte” (CASTORIADIS, 1987a, p. 299) a assumir encargos de participação que representem a execução de políticas públicas antecipadamente definidas pelos cidadãos e para eles, constituindo uma nova postura para debater e tomar decisões que expressem a demarcação de espaço, o conteúdo e a forma. A sociedade pressiona pela criação de espaços de participação, lançando um olhar crítico que limite “a anulação da fala e, através dela, a destruição da política, fabricação de um consenso imposto, ao modo das ditaduras.” (OLIVEIRA, 1999, p. 80).

A participação da sociedade cria espaços ao estabelecer uma nova *pólis* anunciando boas novas como se pudesse pressupor o tempo da autonomia, o tempo da ruptura com a discriminação, a alienação, o autoritarismo e todo tipo de servidão. A unidade e universalidade da democracia incidem como realidade social inseparável de uma totalidade, tem relação com a análise interpretativa da realidade, com a criação da cultura democrática incessante e indeterminada, necessitando de seres autônomos.

Avançar na conquista de uma sociedade democrática exige pensar a luta pela democracia, como exercício de superação das relações de dominação, exploração, autoritarismo, as formas e fontes da alienação, resultado do conteúdo específico das instituições que ratificam um sistema de classes, admitindo como normal a dominação de uma classe sobre a outra, abrigando, na prática, a reificação das

pessoas. Nesse contexto, a luta por democracia vem se processando nas relações estabelecidas em diferentes instâncias da sociedade, nos movimentos sociais e políticos, no sentido de criar uma nova cultura, na qual a democracia possa ser vista como uma possibilidade de criar novas atitudes e relações de apreço ao indivíduo como sujeito de direitos.

Para Castoriadis, a emergência da luta de classes e sua história é a história do questionamento da reificação e da heteronomia. A luta de classes representa a contestação, a oposição no interior da sociedade. E é ela que abre o corte por onde se dá a emergência da autonomia no imaginário instituído. Desde então,

[...] o que era reabsorção imediata da coletividade em suas instituições, simples sujeição dos homens às suas criações imaginárias, unidade só marginalmente perturbada pelo desvio ou pela infração, torna-se (agora) totalidade dilacerada e conflitual, autocontestação da sociedade; o interior da sociedade se torna seu exterior, significando uma auto-relativização da sociedade, o distanciamento e a crítica (nos fatos e nos atos) do instituído. (CASTORIADIS, 2000, p. 187).

A participação ativa do sujeito compreende o sentido e os mecanismos da economia, da sociedade, da política, da cultura, da história, defendendo-se das crenças, das ideologias, da manipulação e dos populismos. Contraditoriamente, é preciso aprender a se autolimitar, individual e coletivamente, pois uma sociedade realmente livre e autônoma deve saber se autolimitar, saber que há coisas que não se pode fazer, que não se deve nem tentar fazer. Ser livre e ter liberdade é atividade que se autolimita, sabe que pode, mas não deve fazer tudo.

2 Sociedade Democrática: O Sentido Dda Democracia e da Autonomia

O sentido da democracia e da autonomia é relevante no que se refere à imaginação criadora, à reinvenção social da educação e da escola, à reelaboração do discurso que fundamenta a criação de direitos de tal maneira que a atividade democrática realiza-se como um contra-poder. A finalidade do contra-poder é alcançar o domínio do todo social por si mesmo, exercendo a vontade autônoma sem dominar o outro.

Em sendo assim, o projeto de autonomia que dá sentido à democracia e à educação, interroga a relação cultura e democracia, imaginário radical e autonomia na cultura e na democracia, tendo em vista que os princípios fundamentais do projeto político da educação que se faz, busca identificar, na autonomia, a singularidade da democracia, pois,

[...] a instauração política ocorre não através de um pacto (este é apenas a forma pela qual o imaginário coletivo representa para si mesmo a gênese da vida social e política), mas de uma distribuição proporcional de potências individuais rumo à constituição de uma potência coletiva, tida como soberana. (CHAUÍ, 2000, p. 152).

Ao discutir a relação entre cultura e democracia, Castoriadis (2002) define democracia em sentido estrito do termo, afirmando que “em uma democracia, o povo é soberano, isto é, ele faz as leis e a lei, ou a ainda melhor, a sociedade faz as suas instituições e a sua instituição, ela é autônoma, ela se auto-institui.” (2002, p.227-228). Para o conceito de cultura, Castoriadis (2002) apresenta a seguinte definição:

Podemos chamar cultura tudo aquilo que, no domínio público de uma sociedade, transpõe o simples funcional ou instrumental e apresenta uma dimensão invisível, ou melhor, imperceptível, positivamente investida pelos indivíduos de dada sociedade. Em outras palavras, aquilo que, nesta sociedade, está ligado ao imaginário stricto sensu, ao imaginário poético, tal como ele se encarna em obras e condutas que vão além do funcional. Não é necessário dizer que a distinção do funcional e do poético não é material (não está nas “coisas”). (Ibidem, p. 227).

Estabelecidas as definições de democracia e cultura, recorreu-se à idéia condutora do pensamento de Castoriadis expressa em *A instituição imaginária da sociedade*, referenciada no conceito de autonomia, expondo a inquietação do autor em relação à formação do homem. A autonomia não se realiza completamente, pois persiste a heteronomia, a auto-alienação:

[...] a auto-alienação ou heteronomia da sociedade não é “simples representação” ou incapacidade da sociedade de se representar de outra maneira que não como instituída a partir de um alhures [...] Assim como o ultrapassá-la - que nós visamos porque o desejamos e sabemos que outros homens o desejam, não porque tais são as leis da história, os interesses do proletariado ou o destino do ser -, a instauração de uma história onde a sociedade não somente se sabe, mas se faz como auto-instituinte explicitamente, implica uma destruição radical da instituição conhecida da sociedade até seus recônditos mais insuspeitados, que só pode ser como posição/criação não somente de novas instituições, mas de um novo modo de instituir-se e de uma nova relação da sociedade dos homens com a instituição. (CASTORIADIS, 2000, p. 417-8).

A autonomia é buscada no plano individual, porquanto o indivíduo é irredutível ao social; no plano coletivo, o social é irredutível aos indivíduos e à intersubjetividade, embora seja também isto e se realize por meio daqueles, e nesses dois planos precisa ser realizada pelo homem.

Embora não constitua temática de suas obras, a reflexão de Castoriadis sobre a educação é recorrente, faz-se presente sempre que interroga a instituição da sociedade e do indivíduo social. Essas duas dimensões da criação sócio-histórica revelam-se indissociáveis, definindo o interesse e a necessidade de permanente esclarecimento da política “como atividade explícita e lúcida concernente à instauração das instituições desejáveis, e a democracia como o regime de auto-instituição explícita, lúcida, na medida do possível, das instituições sociais que dependem de uma atividade coletiva explícita.” (CASTORIADIS, 2002, p. 260).

O sentido maior da educação é o de criar, dentro da instituição escolar, práticas que facilitem ao máximo o acesso à autonomia individual e à participação efetiva na sociedade. É a democracia, transformada em espaço comum, o participável, e do espaço privado, o partilhável. A *paidéia* se refere, então, por força do horizonte democrático, a uma atividade pública, racional e deliberada, feita exigência da nova ordem política. Esta é o próprio movimento de criação do espaço público, fomentando a formação dos indivíduos e o conjunto das organizações da sociedade. Castoriadis (2000, p. 159) define instituição como “uma rede simbólica, socialmente sancionada, onde se combinam, em proporções e em relações variáveis, um componente funcional e um componente imaginário.”

As instituições são umas redes de sistemas simbólicos sancionados no que diz respeito à participação política. Sua autogestão constitui um processo a partir do qual a coletividade se auto-administra, busca um equilíbrio provisório, não sendo possível pensar no equilíbrio perene, pois é inconclusa.

Aprender a essência da educação e da escola é refletir, interrogar e compreender as dimensões da cultura na realidade educacional, desconfiar do mundo das aparências, pensar a pólis por meio da igualdade, da relação com o outro que é, necessariamente, conflituosa, mas autônoma e, por isso, capaz de definir as próprias normas. O conflito é constitutivo da *pólis*, é ação conjunta dos homens na sociedade, conferindo conteúdo ao modo de existência da razão criadora que desvela o sonho de liberdade que se assenta na possibilidade histórica de transformar a realidade. Para Péricles, em sua “Oração Fúnebre”, segundo Castoriadis,

[...] o objetivo da instituição da pólis é, a seus olhos, a criação de um ser humano, o cidadão ateniense, que existe e vive na e pela unidade destes três elementos: o amor e a prática da beleza, o amor e a “prática” da sabedoria, o cuidado e a responsabilidade para com o bem público, a coletividade e a *pólis* (‘eles tombaram valorosamente em combate, pretendendo, com todo o direito, não serem despojados de uma tal *pólis*, e é fácil compreender que cada qual, dentre os vivos, esteja pronto a sofrer por ela’ – II, 41). (1987b, p. 313).

Se um dos objetivos da pólis é a responsabilidade para com o bem público, a proposta de educação e de escola democrática é a criação de possibilidades, limites e avanços para que se produza uma cultura democrática e participativa. O desenvolvimento da cultura é situado na idéia de que houve uma modificação nas atitudes em relação à política, e que o descrédito nas instituições gera dúvidas e incertezas sobre o futuro da democracia e se efetiva não no sentido de favorecer retrocessos institucionais ou rupturas profundas, mas na institucionalização de atitudes de indiferença, apatia e distanciamento da arena política, e na crença de que não há nada que se possa fazer para mudar o atual estado de coisas.

Nessa perspectiva, o educador compreende o objetivo da instituição da pólis, tem consciência e conhecimento para fazer educação autônoma, transformando valores, atitudes e posturas. Essa concepção é a apreensão da cultura em que o educador apreende a si mesmo e os integrantes do trabalho escolar como sujeitos de direitos e de deveres, e vê a escola como espaço de exercício permanente e coletivo da cidadania, reafirmando:

A centralidade da educação em uma sociedade democrática é indiscutível. Uma sociedade democrática é uma imensa instituição de educação e de auto-educação permanente de seus cidadãos, e que ela não poderia viver sem isso. Porque uma sociedade democrática, tal como a sociedade reflexiva, deve apelar constantemente para a atividade lúcida e a opinião esclarecida de todos os cidadãos. (CASTORIADIS, 2002, p. 84).

Como processo político aberto, a democracia se desenvolve na busca de caminhos relacionados à constituição de um espaço público genuíno, construído na participação política, na discussão da natureza mesma do poder, em que a esfera pública se constitui. O espaço público, realidade histórica, não é o espaço público da opinião, transforma-se em “espaço do saber que se estabelece como condição de coisa pública, isto é, de direito à sua produção por parte de todos.” (CHAUI, 2000, p. 2).

O espaço público do saber não reduz a democracia política e social a uma escolha periódica entre rivais políticos detentores do poder decisório. Quando se pensa em democracia, pensa-se a viabilidade de se erguer um padrão de convivência social, “uma sociedade verdadeiramente política, na qual a discussão e o debate são técnica fundamental e cheia de riscos.” (FINLEY, 1988, p. 155).

O problema fundamental para se entender o sentido da democracia e da autonomia, é compreender a educação, a sociedade e a escola como processos reinventados, inseparáveis da crítica ao modelo em que se vive. A criação de indivíduos e da sociedade autônoma pressupõe novas formas de participação e de relações de poder, envolvendo uma ação crítica, pois não basta propor outro tipo de sociedade, pois que:

O conteúdo antropológico do indivíduo contemporâneo não é, como sempre, mais que a expressão ou a realização concreta, em carne e osso, do imaginário social central da época, que molda o regime, sua orientação, seus valores, aquilo por que vale a pena viver ou morrer, o impulso da sociedade, seus afetos mesmo – e o indivíduos chamados a dar existência concreta a tudo isso. Esse imaginário central da época, como se sabe, é cada mais o imaginário central capitalista, expansão ilimitada do suposto domínio pretensamente racional – de fato, da economia, da produção e do consumo – e cada vez menos o imaginário da autonomia e da democracia, (CASTORIADIS, 2004, p. 226-227).

Na sociedade instituinte não existe uma teoria completa do fazer. A teoria é um fazer que realiza o projeto de elucidação do mundo. Elucidação mediada pelas relações de poder, por leitura e interpretação da história humana, em se busca o afastamento da alienação, dominação, da exploração, nos planos individual e coletivo.

A sociedade instituinte é o novo, que se manifesta com dificuldade, mas que ainda assim é capaz de colocar-se no espaço institucional. A sociedade instituinte guarda, pois, relação com a natureza da instituição, ao mesmo tempo em que desafia o *status quo*. O desafio, porém, é menos confronto e mais fruto do desejo da inovação, sentida ou pressentida, do que é entendido como necessário. Em geral, o que se identifica como instituição restringe-se ao instituído. Contudo, o instituinte é igualmente parte da instituição. Mais ainda, o instituinte manifesta-se e, quando consegue demonstrar a pertinência e importância, é incorporado, passando a integrar a porção instituída da instituição.

Enquanto instituinte e enquanto instituída, a sociedade é intrinsecamente história, ou seja, auto-alteração. A sociedade instituída não se opõe à sociedade instituinte como um produto morto a uma atividade que o originou; ela representa a fixidez/estabilidade relativa e transitória das formas figuras instituídas em e pelas quais somente o imaginário radical pode ser e se fazer ser como sociohistórico (CASTORIADIS, 2000, p. 416).

O fazer da democracia e das relações de poder compreendem o horizonte da ação política na própria história porque ela mesma é histórica. Além disso, “a democracia como regime é, pois, ao mesmo tempo, o regime que tenta realizar, na medida do possível, a autonomia individual e coletiva, o bem comum, tal como ele é concebido pela coletividade concernida.” (CASTORIADIS, 2002, p. 277).

A democracia inscreve-se na história ao ser compreendida “como criação, formação, desenvolvimento das virtudes morais, do sentido de responsabilidade cívica, identificação madura com a comunidade, suas tradições e valores.” (FINLEY, 1988, p. 42). No sentido dos gregos antigos,

[...] apenas a educação (*paideia*) dos cidadãos enquanto tal pode dotar o ‘espaço público’ de um autêntico e verdadeiro conteúdo. Mas essa *paideia* não é, basicamente questão de livros ou verbas para as escolas. Ela consiste, antes de mais nada e acima de tudo, na tomada de consciência, pelas pessoas, do fato de que a *pólis* é também cada uma delas, e de que o destino da *pólis* depende também do que elas pensam, fazem e decidem; em outras palavras: a educação é participação na vida política. (CASTORIADIS, 1987b, p. 302).

Ao se constituir uma sociedade política, abre-se espaço para a práxis que democratiza as relações de poder e decisão. Castoriadis chama de práxis o

[...] fazer no qual o outro ou os outros são visados como seres autônomos e considerados como agentes essenciais do desenvolvimento de sua própria autonomia. [...] na práxis a autonomia dos outros não é um fim, ela é, sem jogo de palavras, um começo, tudo o que quisermos, menos um fim; ela não é finita, não se deixa definir por um estado ou característica quaisquer. (CASTORIADIS, 2000, p. 94-95).

A história política da democracia se estrutura como realidade social inseparável de uma “totalidade dinâmica, ou seja, como uma unidade de complexidade e processualidade.” (LUKÁCS, 1974, p. 36). É forma de existência, criação social e intencional, prática histórica mediada pela construção exigente, complexa, profunda e ampla de uma formação política que leve à constituição de um projeto político radicalmente fundamentado na democratização como possibilidade real de acesso ao poder. Ao mesmo tempo, “a democracia é o regime da autolimitação; portanto, é também o regime do risco histórico – outro modo de dizer que é o regime da liberdade, e um regime trágico.” (CASTORIADIS, 1987b, p. 304). Em última análise,

[...] a democracia é, por um lado, o regime político em que o lugar do poder está sempre vazio, e portanto pode ser desejado, pois aquele que dirige e governa o ocupa temporariamente e ao final de uma disputa, não sendo jamais seu dono. Não escamoteia o conflito, reconhecendo-o como constitutivo da democracia, inerente ao processo mesmo de sua construção, e o nomeia claramente. Nesse regime a dominação está sempre em perigo. Por outro lado, a democracia é sobretudo forma de existência social fundada na conquista da liberdade, na construção da igualdade, da cidadania de todos, na criação de direitos. (COÊLHO, 1999, p. 100).

Sendo um projeto de autolimitação, a democracia se organiza como *ágora* que inventa e realiza o discurso político, circunscreve as boas decisões, busca da liberdade, contrapõe-se à tirania e às formas de governo que escravizam os

homens, defendendo que o Estado politicamente deve contribuir para a realização do homem. O espaço comum da palavra viva só é possível numa sociedade de autogestão. Isso quer dizer

A liberdade numa sociedade autônoma exprime-se por estas duas leis fundamentais: sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei não haverá lei. Uma coletividade autônoma tem por divisa e por autodefinição: *somos aqueles cuja lei é dar a nós mesmos as nossas próprias leis.* (CASTORIADIS, 1983, p. 22).

O êxito na defesa da democracia como prática social se consolida pela participação e pela luta constante, para que não prevaleça uma prática reforçada de dominação, desde a sua estrutura e funcionamento com todos os elementos e realidades que a formam. Pensar a democracia significa compreendê-la como ato político que viabiliza formas de associar o poder a uma proposta pedagógica causada “no diálogo transformador, na qualificação pedagógica do espaço escolar e na participação político-social-cultural-profissional.” (BRANDÃO, 2002, p. 128).

O projeto revolucionário de educação que garante à escola ser compreendida como instituição por natureza cultural e educativa é o projeto que defende a autonomia do sujeito. A sociedade que virá depois dessa luta por autonomia será tão diferente desta que parece uma sociedade impensada. Essa luta coloca uma tensão entre a sociedade instituída e a sociedade instituinte que está por vir. O que cria (instituinte) e o que é criado (instituído) opõem-se, mas buscam uma união, ainda que tensa. O instituído participa sempre do instituinte até o último vir a substituir o primeiro, criando uma nova forma, outra vez, agora, instituída, que estará ameaçada por outra forma instituinte.

3 Educação e Democracia

A educação é direito universal, princípio fundante do homem constituído, transformado e recriado, incorporando uma natureza em tudo distinta das outras criaturas. Ao nascer, o homem não se encontra municiado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência, mas o tempo torna-o ser cultural que indaga sobre o conhecimento produzido pela sociedade, e a escola é a principal instituição desse conhecimento.

O homem, ser cultural, interroga o próprio conhecimento, nunca pronto, dialoga com a realidade, consigo, com o outro. O diálogo, ato intencional, cultivado primeiramente pelos que o antecedem na vida social e pelos que estão sendo

formados. Trata-se de uma atividade essencial, é ato que transforma o homem em um novo ser, um ser de cultura e o educa.

Por isso, é necessário recusar o estereótipo e contrapor a formação de cidadãos tramados para não terem esperança, serem a mesmice do sistema que diz sempre igual as mesmas coisas e sofre dos mesmos dilemas. Educar não significa instrumentar, mas é formar, porquanto a formação de seres autônomos, no sentido verdadeiro e pleno do termo, implica que esses seres aprendam a amar o saber, por consequência, aprendam. A educação busca ser crítica e trabalha pela conquista da autonomia, por querer que seja ação, direito e ter um caráter

[...] criativo e de intervenção no sentido de produzir as humanidades de que se necessita socialmente. Trata-se de encontro entre as gerações, de *paideia* no sentido grego, de garantir nossa continuidade por um ciclo que se alimenta de elos entre as experiências dos mais velhos com aqueles que precisam aprender a caminhar na liberdade. A educação quer a continuidade social, não apenas no sentido de reprodução física e mimética da cultura estandartizada que aí está, mas uma nova síntese pessoal e particular do sujeito no “viver construindo” essa nova humanidade, em conexão com tudo e com todos. (TORRES e PASSOS, 2002, p. 27).

Como ação política, a educação aciona os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como homem. A educação possibilita a cada homem adquirir a capacidade de autoconduzir o seu próprio processo formativo.

Ao trilhar o caminho do encontro com a realidade, a educação realiza, abre, ilumina e define a existência humana na diversidade de formas que ostentam a pluralidade das culturas históricas, constituindo as novas demandas sociais e os novos desafios políticos que emergem na sociedade. É certo que não se pode esquecer que a educação é processo histórico e, ao mesmo tempo, limitada, sobretudo no mundo em que os meios de comunicação exercem uma forte influência na formação dos indivíduos. As limitações são históricas e associadas às relações de poder, nas formas de trabalho introduzidas a partir da revolução industrial, do desenvolvimento das ciências e das técnicas e de sua aplicação nos processos produtivos, da ameaça ao meio-ambiente, da organização dos Estados modernos, do advento da democracia burguesa.

O homem chega à maioria aberto ao mundo e apaixonado pela enorme dimensão da existência humana, que é o saber, ao mesmo tempo preserva um espírito de autoconservação capaz de manipular e subjugar calculadamente o ente exterior. Nas palavras de Adorno e Horkheimer (1985, p. 83):

Mas ao mesmo tempo, a razão constitui a instância do pensamento calculador que prepara o mundo para os fins de autoconservação e não conhece nenhuma outra função senão a de preparar o objeto a partir de um mero material sensorial como material para subjugação. A verdadeira natureza do esquematismo, que consiste em harmonizar exteriormente o universal e o particular, o conceito e a instância singular, acaba por se revelar na ciência atual como o interesse da sociedade industrial. O ser intuído sob o aspecto da manipulação e da administração. Tudo, inclusive o indivíduo humano, para não falar do animal, converte-se num processo reiterável e substituível, mero exemplo para os modelos conceituais do sistema.

Para romper com esse espírito de autoconservação, o conjunto da sociedade, por meio da educação, constitui-se e enfrenta os dilemas da humanidade e o processo de pensar a educação. Se o homem não for atravessado por práticas cidadãs que melhorem as várias instâncias do convívio social, as relações no conjunto da sociedade, será vã a produção de qualquer racionalidade. Trabalhar com a formação de hábitos, atitudes e mudanças de mentalidades, com os valores da justiça e do respeito ao outro, em todos os níveis e modalidades de ensino, poderá ser um caminho salutar para a busca da “*vida boa*” ensinada pelos gregos.

O projeto de racionalidade poderá promover a democracia desde que haja espaço para o debate. Numa democracia todos podem concordar, discordar e debater os problemas. Este debate passa não só por uma postura racional, mas também pela compreensão das manifestações dos desejos do homem na direção de um processo de comunicação conduzido com civilidade.

Em termos de cidadania, que prevaleça o respeito pelas diferentes opiniões e um envolvimento construtivo. No contexto da escola, a civilidade significa a capacidade de ouvir e promover o diálogo entre todos os grupos, independentemente de suas posições.

Cabe ainda destacar que o homem necessita aprender a pensar a cultura, interrogar o saber e o agir humanos, o ser, a verdade, os valores, os conceitos inseparáveis da cultura, tendo como referência a noção daqueles que buscam uma formação completa para poder existir junto aos outros homens, como um ser igual e completo. Nesse sentido, se diz da educação que ela é uma totalidade, pois sua ação formativa compreende tanto a dimensão física quanto a intelectual, tanto o crescimento da competência de cada educando para se autogovernar quanto a formação moral que o leve a um adequado relacionamento com os outros homens.

Esta importância é explicada devido ao imperativo de envolver e trabalhar para criar o processo de qualidade social da educação, ratificar a inserção crítica das pessoas no mundo da cultura, tornar possível pensar a invenção cultural como criação e expressão da inteligência, da imaginação e da sensibilidade, bem como a ousadia, as idéias, a tradição, os hábitos, as práticas, os ritos, os fins.

As novas formas de política e educação compõem o mundo da cultura. E essa cultura nada apresenta de fixo e imutável, pelo contrário, é um eterno movimento em direção a algo que não se sabe o que pode ser. Por isso, educar implica retirar do indivíduo tudo o que o confina nos limites da natureza e dar-lhe outra constituição, só possível na vida social.

Abre-se, portanto, um espaço para participação e para reivindicação das necessidades sociais, políticas e culturais insatisfeitas. A ação política é entendida e estendida ao processo de formação humana, atuando sobre os meios para a produção da vida e não da barbárie. Essa é sua dimensão mais visível e prática e coloca o sentimento coletivo para desenhar e reconhecer na percepção do outro sua própria identidade, distinguindo as semelhanças e diferenças entre si e o mundo das coisas, entre si e os outros sujeitos.

A educação é liberdade, recusa da heteronomia, por isso autonomia. Envolve compreender as formas de apreensão do mundo, de comunicação, de intercomunicação, de autoconhecimento, de conhecimento das necessidades humanas. Educar requer construir a ação pedagógica e política que capacite os atores envolvidos intelectual e materialmente para ativar, julgar as experiências e usufruir delas com a vida se perguntando: quem é o educador e como ele atua?

O que se requer do educador é que desenvolva a sua capacidade de observação, de análise, de julgamento e de apoio, para que sua participação política seja efetiva e dê origem a muitas conquistas democráticas.

Todas as análises feitas para compreender as dificuldades que têm os indivíduos de ascender politicamente estão relacionadas ao homem que não herda as capacidades necessárias para vivenciar a diversidade das experiências nas quais está inserido ao longo de sua vida. E quando o homem pensa que começou a aprender, vive intensamente um processo no qual não se percebe a variedade do mundo cultural, visualizado na multiplicidade de interesses que move o mundo. Vive-se um novo tempo, em que o processo social e o político se entrelaçam na angústia e incerteza das suas exigências e impõem homens com novas idéias e novos objetivos.

Pode-se, desse modo, compreender que a ação educativa, como ação formativa, é uma atividade que segue um percurso não espontâneo e mostra a fragilidade da participação política, o despreparo dos homens em entender que nenhum sistema pode excluí-los das relações sociais. Fica claro, do mesmo modo, que todo o sistema social, econômico é também político e só se viabiliza pela ação dos indivíduos, seja pelo servilismo, ou pelo imperativo de interrogar as forças do poder político-decisório.

No processo educativo há uma experiência necessária na construção de um mundo melhor: superar as dificuldades de participação política, por meio da capacidade de discernir o que é anunciado e o que realmente acontece.

O processo formativo, fundamento do ato educativo, tem o homem como fim e meio do mundo cultural e, por ele, esse mundo é construído. Essa questão é fundamental para se enfrentar as dificuldades de participação política. Uma das saídas é promover a cidadania para que os homens superem o servilismo político e o desregramento social.

É urgente se construir espaços de discussão na escola que contemplem a elaboração do conhecimento, a participação social e a cidadania. Essas três ações ao entenderem o sujeito e sua dignidade como fim, apresentam a escola autônoma, qualificando a vida de seus sujeitos por meio da invenção e sistematização do conhecimento. Sem esse processo, não haveria escola e, tampouco, o homem se colocaria como ser autônomo frente ao mundo, mundo esse produzido à sua imagem e semelhança. Aqui se entrelaçam temas relativos à vida cultural, social, política, e de responsabilidade ética, individual e coletiva desse homem. Para Castoriadis (2002, p. 258),

[...] desde seu nascimento, o sujeito humano é presa de um campo sócio-histórico, é colocado sob o domínio ao mesmo tempo do imaginário coletivo instituinte, da sociedade instituída e da história, da qual esta instituição é o resultado provisório. A sociedade não pode fazer mais do que, em primeiro lugar, produzir indivíduos sociais, que lhe são conformes e que a produzem por sua vez. Mesmo quando nascemos em uma sociedade conflituosa, o terreno do conflito, o que nele está em jogo, as opções são pré-dadas; mesmo se devemos nos tornar filósofos, é *esta* história *desta* filosofia, que será o ponto de partida da reflexão, e não outra.

A escola como instituição é responsável pelo reconhecimento do mundo e de sua transformação em mundo simbólico, mundo da vontade e da aquisição dos conhecimentos que constituem a herança social que cada um recebe ao ser transformado em sujeito cultural. O homem é formado para a ação, a aceitação do outro, a noção de limites e para construir a noção de dever. Neste plano, ingresso no que se deve entender como a formação e desenvolvimento dos princípios da ética, necessários a todos os homens. Somente nesse plano pode-se considerar completa a tarefa do que se diz por educação.

Mas poder traduzir simbolicamente o mundo não é suficiente. A partir dessa possibilidade, começam a germinar formas novas de produção e de sensibilidade. O homem deve não apenas sentir o mundo, mas estabelecer correlações, valores, antever experiências, avaliar, fixar, repetir, ou evitar o que se considera positivo ou negativo (bom e mau, bonito, feio, agradável, desagradável), enfim, desenvolver as potencialidades da sensibilidade e da memória.

Espera-se que o homem seja capaz de conhecer o mundo que lhe antecipa a ordem da existência e de reconhecer que o existente é composto de coisas que

não dependem dele para existir. Há também coisas que poderiam não existir, ser diferentes do que são, ser incorporadas à minha existência ou não, e outras que guardam interesses diversos para pessoas diferenciadas.

Ninguém necessita conhecer tudo o que homem produz e como o produz, nem terá competência para tal, nem possuirá todas as habilidades disponíveis no mundo humano. O homem descobre que não está só no mundo, nem realiza a sua existência de modo solitário e isolado. Ele necessita construir inter-relações com outros seres e com a natureza.

E, então, formar o homem, inseri-lo no mundo, organizar e promover a produção das condições próprias de existência, prepará-lo para compreender-se como partícipe de um processo civilizatório, no qual se torna responsável pelo bem-estar pessoal e dos outros, e pela incessante busca do conhecimento. Por essa razão,

[...] é preciso compreender e constituir a escola como instituição que, em seu trabalho sociocultural e educativo, privilegia a formação humana, a invenção e a afirmação da igualdade, da autonomia, da liberdade, da “con-vivência” democrática, da vida pessoal e coletiva como existência ética e feliz, bem como a inserção de todos na vida intelectual, no processo civilizatório de produção de direitos, de humanização da natureza, da existência social e do próprio homem, com a construção de novas relações interpessoais e sociais. Instituição que forma sujeitos culturais, cultiva uma sólida cultura comum, produtora e expressão de identidade pessoal, local, e nacional, sem perder de vista sua dimensão universal e não utilitária, a escola a ser criada insere crianças, jovens e adultos no aprendizado e no cultivo do pensamento, das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras, das artes plásticas, do teatro, do cinema, da música, da dança, da ginástica, do esporte. (COELHO, 2002, p. 28).

A instituição que forma sujeitos culturais conhece a função e o objetivo do ato pedagógico em que o saber historicamente acumulado pela humanidade deve ser trabalhado. No confronto entre o saber do educando e o saber da humanidade, o educando amplia o seu saber e constrói aptidões cognitivas. O importante na ação educativa é que os autores envolvidos construam o seu dizer, a sua própria palavra e desenvolvam o direito de se pronunciar. O ato pedagógico, centrado no conhecimento por exigência intrínseca, é participante e democrático.

Não se pode desconhecer, no entanto, as enormes dificuldades para que o homem atue na vida social norteado pelo já regulamentado. O mundo humano não é um mundo pré-determinado, é um produto que resulta da confluência de fatores diversos como vontade, autonomia dos sujeitos, e de como se articulam os projetos que ultrapassam os limites individuais. Tudo isso ainda dentro de um quadro de valores que orienta as escolhas de cada um e que pode se alterar em função dos fatores conjunturais e dos espaços sociais em que os indivíduos vivem as

relações de gênero, as expectativas sociais dos indivíduos ou de grupos com os quais se relacionam, os círculos de amizade e até mesmo os estados emocionais.

O domínio de conhecimentos e de habilidades não garante o desenvolvimento humano nos educandos, porque não promove, por si mesmo, a formação ética, uma necessidade da educação, que não pode ser reduzida a uma simples tarefa de produção, organização e distribuição de conhecimentos e de habilidades. A formação humana só estará finda se acompanhada do desenvolvimento de princípios de conduta que possam ser reconhecidos como de validade universal.

Esses indicativos assinalam que o processo educativo desenvolvido não poderá ser fragmentado e hierarquizado, nem qualquer de suas partes ser eleita como mais importante do que outra. Esse procedimento tenderia a uma espécie de ideologização da educação. Mas isso tem acontecido. Em que sentido? Desde o início dos tempos modernos alguns dos procedimentos próprios da ação escolar, isto é, a transmissão, a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades têm sido destacados e constituídos em núcleo da educação. Os processos de escolarização têm negado absolutamente a emancipação. Adorno procura dar uma resposta afirmativa a essa angústia:

[...] não temos o direito de modelar as pessoas a partir do seu exterior; mas também não a mera transmissão de conhecimentos, cuja característica de coisa morta já foi mais do que destacada, mas a *produção de uma consciência verdadeira*. Isto seria inclusive da maior importância política; sua idéia [de H. Becker], se é permitido dizer assim, é uma exigência política. Isto é: uma democracia com o dever de não apenas funcionar; mas operar conforme seu conceito, demanda pessoas emancipadas. Uma democracia efetiva só pode ser imaginada enquanto uma sociedade de quem é emancipado. (ADORNO, 2000, p. 141-142).

Pode-se identificar a lógica desse fenômeno. A partir dos tempos modernos ocorreram diversos movimentos para universalizar a educação escolar e essa universalização tem sido cada vez mais entendida como universalização da educação. Como a educação escolar sempre teve por característica central refletir as questões do conhecimento e da formação de habilidades, as concepções de educação e de escola foram se identificando até se dissolver absolutamente o sentido de formação humana, reduzida ao plano dos domínios dos conhecimentos.

No entanto, pode-se perceber, na atualidade, um movimento crescente em sentido contrário. Na medida em que os meios e as formas atuais de educação acham-se de tal modo corroídos, começam a ser direcionados para a escola os olhares dos povos, na esperança de que ela realize um trabalho e não apenas de escolarização. Daí a necessidade de uma outra visão da escola, do trabalho dos educadores e da relação da escola com a sociedade, bem como de uma reflexão sobre o seu sentido e importância.

A formação integral do homem é construção democrática, implica um contínuo aprendizado, com ensaios e claudicação, idas e vindas, em busca de aperfeiçoamento. Sem esse exercício, o processo democrático fica congelado, sem espaços para conquistas e aprimoramentos o que significar a sua morte. E, então, o exercício da autonomia implica riscos, sobretudo numa cultura patrimonialista, na qual o superior hierárquico é o responsável, em princípio, por tudo. Descentralizar e trabalhar com subordinados hierárquicos autônomos é, antes de tudo, arriscar ser responsabilizado por algo que não está sob seu controle. Trata-se, sem dúvida, de um longo e tortuoso caminho, em especial, num mundo de tutelados.

Aprender a não ser tutelado é ato essencialmente social e político. Quando falta ao sujeito esta compreensão ou quando lhe é negada esta condição, torna-se um ser amorfo, ausente, potencialmente manipulável, um mero ocupante de espaços físicos, um conformado observador das decisões do mundo que o cerca. A compreensão da essencialidade política do homem torna-se fundamental ao próprio entendimento da sociedade em que vive. Não há como separar, dissociar o indivíduo do seu meio social, nem como deixar de reconhecê-lo nas ações políticas que definem a complexidade das relações de poder na sociedade.

4 Considerações Finais

O percurso trilhado para se compreender o desenvolvimento da democracia passa pelo entendimento de que “discutir democracia significa discutir política.” (CASTORIADIS, 2002, p. 256). O desenho dessa realidade leva a uma análise cujo sentido é dimensionado no referencial grego da pluralidade qualitativa, sobrepondo-se à quantitativa. Essa é a repetição incansável do mesmo; aquela é o reino da diferença, da heterogeneidade, da multiformidade, da diversidade múltipla que desperta o interesse e a curiosidade, passando a idéia de que, sendo plural, ligada à cultura, sua coordenação seja construída na unidade, como condição da diversidade.

A mediação democracia-autonomia vincula o conhecimento dialético às múltiplas determinações que constituem a relação ativa entre a autonomia do sujeito coletivo e do sujeito individual a uma razão que não é a subjetiva, mas a razão objetiva. Tal aspecto transforma o aprendizado para pensar o real, extraindo daí a dimensão de totalidade. Para Kosik (1976, p. 35),

[...] a categoria da totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido. Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos (reunidos

em seu conjunto) não constituem, ainda, a totalidade. Os fatos são conhecimentos da realidade se são compreendidos como fatos de um todo dialético – isto é, se não átomos imutáveis, indivisíveis e indemonstráveis, de cuja reunião a realidade saía constituída – se são entendidos como partes estruturais do todo.

A dimensão da totalidade é forma de existência e criação social, tornando a democracia intencional, decorrente de uma prática histórica mediada pela ação exigente, complexa, profunda e ampla de uma formação política. Por isso, é um processo radical que se estrutura, como necessidade social, consubstanciado no desenvolvimento humano, recriando o público pela ação. A democracia não se dá apenas como direito ao voto, mas se consolida além do voto e o extrapola pela fiscalização, pela participação, pela luta constante, como ação e processo de articulação das forças organizadas da sociedade, significando a vontade de saber e a abertura para ousar.

No imaginário do homem o desafio de inventar uma sociedade que não encubra suas fraturas existentes entre as potências individuais e a constituição de uma potência coletiva, representada pela perda das certezas que se diluem facilmente no relativismo das microverdades ou nas certezas subjetivas. Não existe um espaço neutro de onde se possa contemplar a instauração política. Os espaços de participação são produzidos culturalmente e se apresentam com aprimorada elaboração dos elementos que compõem as referências que circundam nossas práticas democráticas. É um projeto revolucionário em que “a democracia revela, assim, a sociedade histórica, por excelência, a sociedade que por sua forma acolhe e preserva a indeterminação em contraste notável com o totalitarismo que, edificando-se sob o signo da criação do novo homem, na realidade agencia-se contra essa indeterminação.” (LEFORT, 1991, p. 31).

Referências

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Solettrar a letra P: Povo, Popular, Partido e Política. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Orgs.). **Democracia e constituição do público no pensamento educacional brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.106-145.

CASTORIADIS, Cornelius. **Figuras do pensável: As Encruzilhadas do Labirinto VI**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **As encruzilhadas do labirinto IV:** a ascensão da insignificância. Tradução de Regina Vasconcelos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A instituição imaginária da sociedade.** 5. ed. Tradução de Guy Reymond. Rio de Janeiro: Paz e Terra São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **As encruzilhadas do labirinto I:** Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987a.

_____. **As encruzilhadas do labirinto II:** os domínios do homem. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Paz e Terra, 1987b.

_____. **Socialismo ou barbárie:** o conteúdo do socialismo. Tradução de Milton Meira do Nascimento e Maria das Graças de Souza Nascimento. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia:** o discurso competente e outras falas. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COELHO, Ildeu Moreira. Educação, escola, cultura e formação. ENCONTRO REGIONAL DE PSICOPEDAGOGIA, 12, Goiânia, 2002. **Anais...** Goiânia, 2002, p. 26-33.

_____. Autonomia da escola, gestão democrática e educação para a cidadania. In: Secretaria de Educação do Estado de Goiás. **Gestão democrática:** 1º curso de capacitação para candidatos a gestores educacionais. Goiânia, 1999, p. 91-103.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna.** Tradução de Waldéa Barcellos e Sandra Bedran. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEFORT, Claude. **As formas da história:** ensaios de antropologia política. Tradução de Luiz Roberto Salino Fortes e Marilena de Souza Chauí. São Paulo: Brasiliense, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia (Orgs.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

TORRES, Artemis e PASSOS, Luiz Augusto. Educação: tarefa da democracia. **Revista de Educação Pública.** Cuiabá: EDUFMT, v. 11, n. 19, jan./jun. 2002, p. 19-29.

Data de recebimento: 06/06/2008

Data de aceite: 18/06/2006.